

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/358241750>

"Menino veste azul, menina veste rosa": Bolsonaro e a agenda antigênero como política de governo no Brasil. (Versão em português do post publicado em <https://pex-network.com/specia...>)

Technical Report · February 2022

DOI: 10.13140/RG.2.2.11579.49442

CITATIONS

0

1 author:



Daniela Rezende

Universidade Federal de Ouro Preto

16 PUBLICATIONS 33 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres [View project](#)



Conquistas e desafios da bancada feminina na Câmara dos Deputados brasileira (1986-2015) [View project](#)

“Menino veste azul, menina veste rosa”: Bolsonaro e a agenda antigênero como política de governo no Brasil¹

A Secretaria de Políticas para Mulheres (doravante SPM) foi fundada em 2003, tornando-se a primeira agência no Brasil a ter status de Ministério e com recursos políticos e financeiros para planejar e implementar políticas para mulheres. As ações prioritárias da SPM foram aquelas relacionadas à violência contra a mulher e ao trabalho e autonomia econômica. Também visou consolidar e expandir as políticas para as mulheres em outros níveis da administração pública, fornecendo apoio técnico e financeiro para a criação de agências e conselhos municipais e estaduais de mulheres. Nos anos 2010 começou a incorporar as demandas e necessidades das trabalhadoras rurais como uma resposta às pressões e mobilização deste grupo ao longo dos anos 2000. Além do maior volume de recursos, a SPM se diferenciou de experiências anteriores, investindo em espaços formais de participação social, tais como o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM) e as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPMM). Tanto o CNDM quanto as CNPMMs foram caracterizados por processos eletivos nos quais representantes da sociedade civil foram selecionados para participar de debates em torno do planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas.

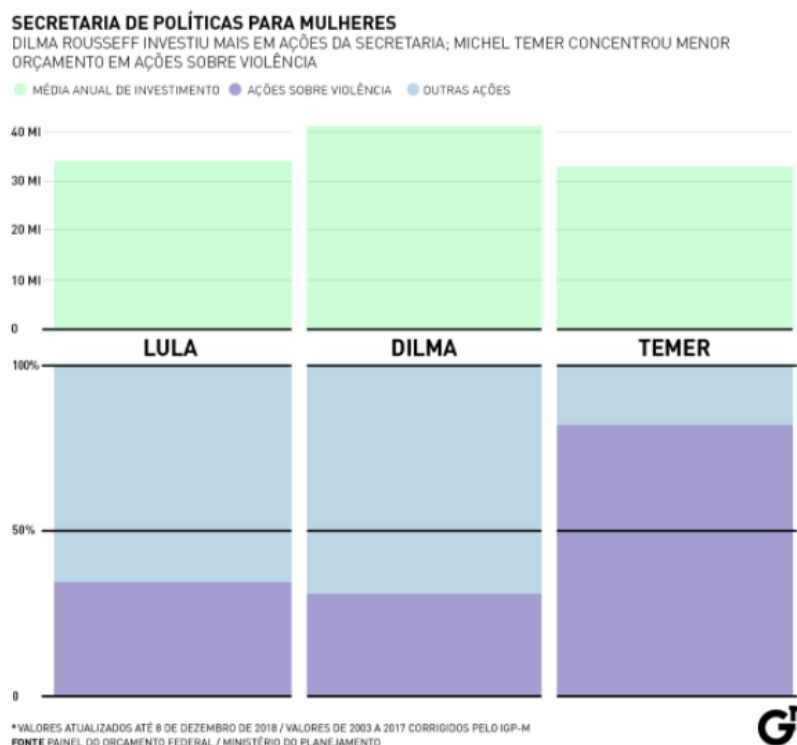
No que se refere à relação entre a SPM e o Congresso Nacional, a Secretaria desempenhou papel de destaque na articulação, juntamente com a bancada feminina, da adoção de importantes legislações que garantiam os direitos das mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Emenda Constitucional 72/2013, que trata dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Buscou também articulações com outras áreas de políticas no Executivo, como os Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário e Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial, como uma estratégia de transversalidade de gênero.

Entretanto, a partir do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, a capacidade institucional da SPM ficou limitada, em termos de escopo mas também em termos de profundidade (Piscopo, 2014). Nesse cenário, em 2016, ainda no governo Dilma e em contexto de crise política que culminou no *impeachment* da presidenta, a agência perdeu o status de ministério e passou a se vincular ao Ministério da Mulher, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos. O Gráfico 1 mostra a diminuição contínua do orçamento da pasta. Observe-

¹ Este texto apresenta trechos de trabalhos anteriores desenvolvidos em colaboração/coautoria. Entretanto, as análises apresentadas neste post são de responsabilidade da autora. Ver: Rezende, Brito e Ogando (2019), Rezende, Ávila e Teixeira (2020); Rezende, Elias e Ávila (2021) e Rezende e Sol (2021). Agradeço especialmente às colegas Ana Carolina Ogando e Luciana Andrade pelos comentários preciosos à versão preliminar do texto.

se que, apesar da crise política, o governo Dilma (2011-2016) foi o que mais investiu em políticas para mulheres, quando comparado com os governos Lula (2003-2010) e Temer (2016-2018). No governo deste último, o orçamento da pasta foi reduzido a um terço dos montantes alocados em 2010 ou 2015 e, em 2018, todo o orçamento da pasta foi aplicado em políticas de enfrentamento da violência:

Gráfico 1: Orçamento e ações desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para Mulheres, 2003-2018.



Fonte: Gênero e Número, 2018².

Apesar da tendência de cortes e da perda de status em anos anteriores, foi no governo Bolsonaro que as políticas voltadas à igualdade de gênero sofreram maior revés, já que a agenda antigênero (ou contrária à chamada “ideologia de gênero”) passou de plataforma de campanha³ à política de governo (Aragusuku, 2020). A pasta passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o que sinaliza uma reorientação conservadora de sua agenda, reforçada com a indicação da pastora Damares Alves⁴ para titular da pasta.

² <https://www.generonumero.media/com-queda-de-68-no-investimento-em-tres-anos-secretaria-de-politicas-para-mulheres-reflete-baixa-prioridade-do-tema-no-governo-federal/>. Acesso em 26 jan. 2022.

³ Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em 26 jan 2022.

⁴ Pastora evangélica e ex-assessora de Magno Malta, ex-parlamentar então vinculado à bancada evangélica.

Kuhar e Paternotte (2017, p.5) definem “ideologia de gênero” como um discurso e uma estratégia política de caráter transnacional, que “considera o gênero como a matriz ideológica de um conjunto de reformas éticas e sociais abomináveis, nomeadamente direitos sexuais e reprodutivos, casamento e adoção de/por pessoas do mesmo sexo, novas tecnologias reprodutivas, educação sexual, transversalidade de gênero, proteção contra a violência de gênero e outros”⁵. O termo operaria, segundo os autores, como um quadro interpretativo ou um significante vazio que permitiria a distintos atores, tais como políticos, membros de organizações religiosas, associações contra o aborto e defensoras da família tradicional, organizar uma reação às reformas voltadas à garantia dos direitos de mulheres e população LGBTQIA+. Essa definição se aproxima do argumento de Petó (2015), que afirma que a categoria gênero é acionada por movimentos antigênero como uma “cola simbólica”, uma vez que permitiria a agregação de diferentes agendas voltadas à transformação de valores e da política ocidentais, como a linguagem dos direitos humanos. Essa unificação de atores e pautas diversas operaria, segundo Kuhar e Paternotte (2017, p. 260-1), com base na defesa de três “Ns”: natureza, nação e normalidade.

A agenda antigênero já vinha sendo articulada no Brasil principalmente via poder legislativo, apresentando forte componente religioso (Lacerda, 2016; Machado, 2016, 2017; Luna, 2015; Vital e Lopes, 2013; Mariano, 2018)⁶. A partir do início do governo Bolsonaro, o ativismo institucional antigênero se fortaleceu no poder Executivo, desempenhado intensamente pela ministra Damare Alves, que conta com grande popularidade⁷. A ministra tem protagonizado situações em que referências à pauta antigênero são mobilizadas, como no vídeo filmado no dia da posse do governo Bolsonaro, em que diz: “Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”⁸. A imagem e as cores evocadas compõem um dos símbolos transnacionais dos movimentos antigênero. Destaca-se nesse contexto a mudança do nome da pasta responsável pelos direitos humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o que explicita a centralidade da família para o atual governo brasileiro.

⁵ No original: “regards gender as the ideological matrix of a set of abhorred ethical and social reforms, namely sexual and reproductive rights, same-sex marriage and adoption, new reproductive technologies, sex education, gender mainstreaming, protection against gender violence and others”.

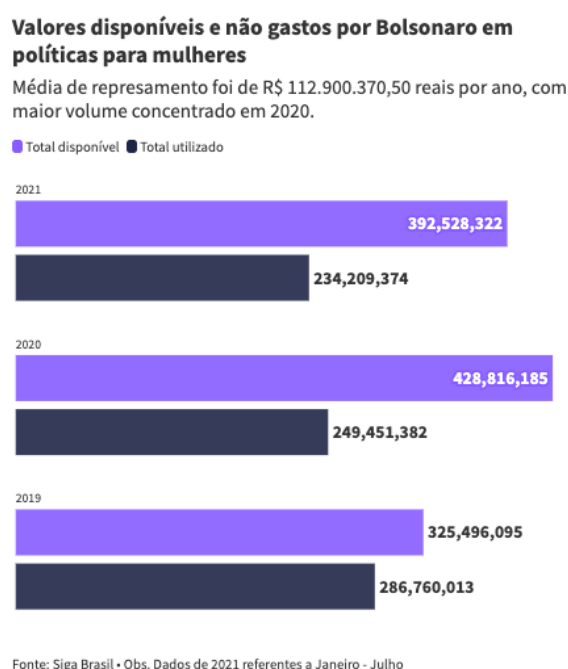
⁶ Destacam-se como marcos do ativismo antigênero no legislativo as reações virulentas ao Plano Nacional de Direitos Humanos, ao Programa Brasil sem homofobia, ao reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo STF, aos Planos Nacionais de Educação, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (Miskolci e Campana, 2017).

⁷ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53980530>. Acesso em 27 set. 2020.

⁸ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damare.shtml>. Acesso em 27 set. 2020.

Tais mudanças não foram apenas retóricas. Em primeiro lugar, destaca-se a redução não apenas do Orçamento alocado na pasta, mas também nos valores executados, ou seja, nos recursos efetivamente gastos em políticas públicas, como aponta o Gráfico 2. Assim, ainda que em termos nominais o valor do orçamento da pasta tenha sido ampliado entre 2019 e 2021, quando se observa os recursos gastos, esses vêm diminuindo anualmente, mesmo em contexto de maior demanda de políticas públicas devido à pandemia. Esses cortes fragilizaram sobremaneira as ações voltadas à garantia de direitos das mulheres, em um contexto de extrema vulnerabilidade, reforçada pelos marcadores de classe, gênero e raça⁹.

Gráfico 2:



Fonte: Revista AzMina, 2021.

Ademais, como aponta levantamento realizado pela revista AzMina¹⁰, em termos orçamentários, “deixou de existir o Programa 2016, chamado ‘Políticas para as Mulheres:

⁹ <https://azmina.com.br/reportagens/muito-discurso-e-pouco-dinheiro-ministerio-de-damarcos-gasta- apenas-r-2-mil-com-mais-vulneraveis-na-pandemia/>. Acesso em 26 jan. 2022. Além disso, relatório publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais destaca que, em 2019, “houve um aumento em 114% o número de assassinatos de pessoas trans no país”, vide: <https://antrabrazil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019/>. Acesso em 26 jan. 2022. Dados da ONG Transgender Europe também destaca, que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans no mundo: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4963887-no-mundo-a-cada-10-assassinatos-de-pessoas-trans-quatro-foram-no-brasil.html>. Acesso em 26 jan. 2022.

¹⁰ <https://azmina.com.br/reportagens/em-todas-as-areas-como-a-alianca-entre-neoliberalismo-e-conservadorismo-se-da-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em 26 jan. 2022.

Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência’ e em seu lugar veio o ‘Programa 5034 – Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos’”. Essa mudança, já sinalizada no novo nome do ministério, implica na mudança do foco das políticas, das mulheres para as famílias, o que pode contribuir para invisibilizar desigualdades e violências intrafamiliares, já que a família a ser fortalecida nas ações do governo Bolsonaro é a nuclear, heterossexual, chamada de “família natural” pelos movimentos antigênero.

A noção de “família natural” faz convergir os três N’s apontados por Kuhar e Paternotte (2017), já que esse tipo específico de arranjo familiar seria derivado do caráter natural dos sexos masculino e feminino, que seriam também complementares, levando a que a família heterossexual seja também considerada natural, meramente derivada da natureza humana e, portanto, normal. Essa configuração familiar estaria na base da formação da sociedade e seria identificada como um dos mais importantes valores nacionais, sendo, pois, fundamental à ideia de (e à formação da) nação brasileira.

O fortalecimento desse modelo de família tradicional, marcado também pela divisão sexual do trabalho¹¹, converge com o avanço da agenda de reformas neoliberais intensificadas no governo Bolsonaro, como os cortes orçamentários em políticas sociais, estimulado pela Emenda Constitucional 95, que instituiu um teto de gastos governamentais por 20 anos. A retração da atuação do Estado através da oferta de políticas sociais termina por pressionar ainda mais as mulheres brasileiras, que têm que renunciar ao trabalho remunerado ou mesmo ao acesso à educação formal para atender às demandas familiares relativas ao trabalho reprodutivo e de cuidado¹². Essas questões passam a ser consideradas de âmbito privado, devendo ser tratadas como responsabilidade das famílias e não do Estado. Nesse sentido, a retórica do governo de fortalecimento da família tem sido acompanhada, de fato, de políticas públicas que pressionam ainda mais as famílias brasileiras, sobretudo se consideradas as ações voltadas à geração de emprego e renda, redistribuição de renda, segurança alimentar, apenas para citar alguns exemplos.

¹¹ Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho se articula a partir de dois princípios: separação (de trabalhos considerados femininos daqueles considerados masculinos) e hierarquização (uma vez que trabalhos masculinos são geralmente mais valorizados que trabalhos tidos como femininos). No modelo de “família natural” os sexos são considerados complementares e a divisão sexual do trabalho seria decorrente das diferenças naturais entre homens e mulheres e não produto de relações sociais generificadas.

¹² Para análises sobre essa relação, ver Santos (2019); Biroli et. al (2020)

Finalmente, importante destacar que essa atuação não se restringiu ao âmbito doméstico, tendo o Brasil, infelizmente e em desacordo com tratados internacionais dos quais o país é signatário, ganhado protagonismo internacional na agenda antigênero, como mostra a atuação do MMFDH e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em torno do Consenso de Genebra¹³. Esse acordo, que condena o aborto, propõe a defesa da família heterossexual e da soberania nacional (em uma articulação que novamente reforça a centralidade dos três N's para os movimentos antigênero), foi assinado por 36 países, dentre os quais se destacam aqueles com piores desempenhos em termos de garantia dos direitos humanos das mulheres e de qualidade da democracia, como Polônia, Hungria e Rússia, além da Arábia Saudita.

Essa ação converge com outras anteriores no plano internacional, como a oposição do governo brasileiro à garantia de acesso universal a políticas de saúde sexual e reprodutiva, a abstenção durante votação de relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU a respeito de ações contra a discriminação contra mulheres e meninas e com o apoio dado pelo Brasil a texto que tratava da autorização a pais que queiram impor educação religiosa ou moral a seus filhos, apresentado na OEA¹⁴. Com a saída do chanceler Ernesto Araújo do MRE, Damare Alves assumiu protagonismo no que se refere ao avanço de pautas conservadoras também no cenário internacional, tendo o Brasil se tornado uma espécie de “vitrine” da agenda antigênero para outros países do mundo, sobretudo da América Latina, como o Uruguai (Abracinskas et. al., 2020).

Esses elementos apontam para a centralidade das relações de gênero nos processos de crise da democracia no Brasil, o que significa afirmar que essas não devem ser tratadas como epifenômeno dessa crise ou como “cortina de fumaça” a desviar o foco de questões mais centrais nesse processo de crise democrática. O gênero tem assumido, como argumentam Kóvatz e Põim (2015), o papel de cola simbólica entre diversos movimentos conservadores, reacionários e neoconservadores, permitindo a articulação de pautas distintas através do recurso a estratégias de pânico moral, unificando a defesa da família, da nação, da tradição, da normalidade e da “democracia”, identificada (de forma equivocada, mas intencional) como o interesse da maioria¹⁵, em oposição às demandas e pautas das “minorias das minorias”

¹³ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/01/brasil-assume-lideranca-de-alianca-internacional-antiaborto.shtml>. Acesso em 26 ja. 2022.

¹⁴ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/alianca-antiaborto-proposta-pelos-eua-com-apoio-do-brasil-afrota-direitos-das-mulheres.shtml>. Acesso em 26 jan. 2022.

¹⁵ Já no século XIX, John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville chamavam atenção para o risco de “tirania da maioria” inerente à democracia, estando relacionada à atuação do Estado ou à opinião pública. Nesse sentido, os

(feministas e grupos LGBTQIA+). Nesse sentido, entender a relação (ou as “afinidades eletivas”) entre gênero (bem como sexualidade e raça), conservadorismo, neoliberalismo e populismo é urgente, se o foco é a reversão dos retrocessos implementados pelo governo Bolsonaro e a retomada e fortalecimento da democracia no país.

Referências

ABRACINSKAS, L.; PUYOL, S.; IGLESIAS, N; KREHER, S. **Políticas antigênero em Latinoamérica**: Uruguay, el malo exemplo. Montevideo: MYSU, 2019.

ARAGUSUKU, Henrique. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. (Eds). **Gender as symbolic glue**: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe. Budapest: FEPS; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.

KUHAR, R.; PATERNOTTE, D. (Eds.). **Anti-gender campaigns in Europe**: Mobilizing against equality. Rowman & Littlefield International, 2017.

LACERDA, Marina. B. Ideologia de gênero na Câmara dos Deputados. 10º Encontro Da Associação Brasileira De Ciência Política, 2016.

MACHADO, Maria das Dores C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 351-380, 2017.

MACHADO, M. das D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 2018.

MARIANO, Rayani. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018, p. 118-134.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, vol. 32, núm. 3, 2017,

autores apontam para os limites de identificação da democracia apenas com os interesses da maioria, devendo haver salvaguardas aos direitos de minorias, como a liberdade de opinião, expressão e manifestação e a participação política em nível local.

pp. 725-747. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3399/339954301008.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

PETØ, Andrea. Epílogo: “Anti-gender” mobilizational discourse of conservative and far-right parties as a challenge for progressive politics. In: KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. (Eds). **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. Budapest: FEPS; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015. Pp. 126-131.

PISCOPO, Jennifer. Inclusive Institutions versus Feminist Advocacy: Women’s Legislative Committees and Caucuses in Latin America. 23º Congresso Mundial de Ciência Política, 2014.

REZENDE, D.; BRITO, M. P.; OGANDO, A. C. Substantive Representation of Women in Brazil in the thirty years of the Constitution. Mimeo. 2019.

REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz; TEIXEIRA, Camila Olídia. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. **Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 585-612, 2020.

REZENDE, D.; ELIAS, Maria Lígia; ÁVILA, Luciana. B. Gender Ideology in Latin America: Analysis of Legislative Speeches in Brazil, Chile, Mexico and Uruguay. 26º Congresso Mundial de Ciência Política, 2021.

REZENDE, D; SOL, Aruna. “Ideologia de gênero” na produção acadêmica brasileira recente. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 2, 2021b.

SANTOS, Rayani M. Pensando a família como um dos pontos de intersecção entre o neoliberalismo e o conservadorismo. III Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social. Pelotas/UFPel, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2019/07/ARTIGO-Santos.pdf>

VITAL, Cristina.; LOPES, Paulo. V. L. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Fundação Heinrich Böll, 2013.